



TREVISA INVESTIMENTOS S. A.

COMPANHIA ABERTA
CNPJ 92.660.570/0001-26
NIRE 433.0000.8061
CATEGORIA: A

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026

MANUAL DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

E

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

CONTÉUDO DA PROPOSTA

Mensagem aos acionistas

Orientações para Participação na Assembleia

Proposta da Administração

1. Comentário dos AdministradoresAnexo I
2. Proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos
..... Anexo II
3. Proposta de remuneração dos Administradores Anexo III
4. Proposta de instalação de Conselho Fiscal, eleição dos seus membros e fixação do montante
da sua remuneração Anexo IV

Prezados Senhores Acionistas,

A administração da **Trevisa Investimentos S. A.** (“Companhia”), nos termos do que dispõe a legislação pertinente e de acordo com seu Estatuto Social, vem apresentar a V.Sas. o presente Manual da Assembleia Geral Ordinária e a Proposta da Administração, com as orientações detalhadas para participação na Assembleia Geral, a ser realizada no dia 29 de abril de 2026, às 10:00 horas. A Companhia informa que realizará a Assembleia Geral, de modo presencial, na sede da Companhia, localizada na Avenida Padre Cacique, 320 – 6º andar, Porto Alegre, RS.

Com o fim de disponibilizar de maneira clara e objetiva as informações necessárias para que os acionistas participem da AGO, e exerçam seu direito de voto de maneira devidamente informada, a Companhia preparou a presente Proposta da Administração e Manual, contendo as orientações e procedimentos que devem ser observados pelos acionistas para a participação na Assembleia.

1. ORIENTAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1 – A Companhia entende que a Assembleia realizada de modo presencial é consistente com o histórico de assembleias anteriores. Historicamente, as assembleias da Companhia realizadas de modo presencial contam com a presença de quórum relevante e viabilizam a adequada interação entre os acionistas, e dos acionistas com a administração. Nos anos em que as assembleias foram obrigatoriamente realizadas de modo digital, em razão das restrições decorrentes da pandemia Covid/19, não houve participação de outros acionistas, exceto dos que costumam comparecer presencialmente na sede da Companhia.

2 – O percentual mínimo necessário para o pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 6% das ações com direito a voto e de 3% das ações sem direito a voto.

3 – A Companhia não irá disponibilizar Boletim de Voto à Distância, a menos que requisitado por acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) ou mais do capital social, nos termos do § 1º do artigo 30-A da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 81”).

4 - A participação do Acionista na Assembleia Geral poderá ser pessoalmente ou por procurador. Conforme o caso, o Acionista deverá: (i) apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou, se for o caso, pelo custodiante; (ii) caso representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos; (iii) sendo acionista pessoa jurídica, deverá apresentar a documentação comprobatória da sua representação, incluindo o instrumento de mandato e/ou os atos constitutivos e societários referentes à nomeação, conforme o caso, e o documento de identificação do representante. Com vistas a agilizar os trabalhos da Assembleia, a Administração da Companhia solicita que, preferencialmente, os documentos sejam entregues na sede social ou enviados para o endereço eletrônico RI@trevisa.com.br até às 17 horas do dia 21 de abril de 2026.

5 – Todas as informações e documentos previstos na Resolução CVM nº 81, pertinentes às matérias constantes da Ordem Dia, e demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia foram disponibilizados aos Acionistas da Companhia em 27 de março de 2026, na forma prevista na Resolução CVM nº 81, e podem ser acessados através dos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.trevisa.com.br/investidores).

6 – Considerando que a Companhia atende ao requisito do artigo 294-B da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), em consonância com a Resolução CVM nº 166, de 1º de setembro de 2022, os documentos do artigo 133 da Lei das S.A. foram disponibilizados no Sistema Empresas.NET da CVM e no *website* da Companhia (www.trevisa.com.br/investidores), bem como encontram-se à disposição dos Acionistas no escritório da Companhia, localizado na Avenida Padre Cacique, 320 – Porto Alegre, RS.

2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento aos dispositivos estatutários e legais que regem a matéria, a Administração da **TREVISIA INVESTIMENTOS S. A.** submete à apreciação de seus Acionistas, na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 29 de abril de 2026, conforme edital de convocação e Proposta da Administração a seguir descrita:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025;

O comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 02 do Formulário de Referência, Resolução CVM nº 81/2022, art. 10, inc. III, integra a presente Proposta da Administração como Anexo I.

2. Proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

A proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício social e demonstrativo dos dividendos propostos, contendo as informações indicadas no Anexo A, da Resolução CVM nº 81/2022, art. 10, parágrafo único, inc. II, integra a presente Proposta da Administração como Anexo II.

3. Proposta de remuneração dos administradores;

A proposta para fixar o montante da remuneração dos administradores e informações indicadas no item 08 Formulário de Referência, da Resolução CVM nº 81/2022, art. 13 integra a presente Proposta da Administração como Anexo III.

4. Proposta de instalação de Conselho Fiscal, eleição dos seus membros e fixação do montante da sua remuneração;

A proposta de instalação de Conselho Fiscal, eleição dos seus membros e fixação do montante da sua remuneração integra a presente Proposta da Administração como no Anexo IV.

Os demais documentos e formulários exigidos no art. 10º da Resolução CVM nº 81/2022 estão disponíveis no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na página da Companhia na internet (www.trevisa.com.br/investidores).

Porto Alegre, 27 de março de 2026.

Jorge Lindemann
Diretor de Relações com Investidores

**COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA
NOS TERMOS DO ITEM 02 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
ARTIGO 10, INC. III (RESOLUÇÃO CVM nº 81/2022)**

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia atua em atividades de: (i) locação de salas comerciais e (ii) transporte hidroviário de cargas no Rio Grande do Sul, o qual representa aproximadamente 96,9% do faturamento líquido consolidado em 31 de dezembro de 2025.

A controlada Navegação Aliança, iniciou em 2013 o transporte de celulose e clínquer, cargas que contribuíram para reduzir a sazonalidade da operação bem como reduzir a dependência do agronegócio (fertilizantes e soja). Em janeiro de 2015 renovou o contrato para transporte de celulose contemplando o volume decorrente da ampliação da fábrica em Guaíba-RS, com início em maio de 2015. A partir do quarto trimestre de 2016 iniciou o transporte de madeira de Pelotas-RS para Guaíba-RS. Em 2018 retomou o transporte de carga geral em containers entre Triunfo – RS e Rio Grande. Em 2022 descontinuou o container, realocando a embarcação para operação com melhor margem. No ano de 2023 houve a renovação do contrato de transporte de celulose e madeira pelo prazo de mais cinco anos, refletindo as boas perspectivas para o setor, bem como a satisfação do nosso cliente com o nível de serviço prestado. Em 2024 o volume transportado (3.918 mil toneladas), praticamente repetiu o volume do ano anterior (4.059 mil toneladas). Em decorrência do fenômeno climático El Niño, o estado do Rio Grande do Sul foi fortemente atingido por enchentes históricas nos meses de setembro e novembro com impacto nas atividades da controlada. Em 2025 o volume transportado (4.447 mil toneladas) teve principalmente a aumento no volume de celulose, madeira, carvão, fertilizantes e soja.

A Navegação Aliança opera com a seguinte frota própria: quatorze navios autopropulsados, três empurradores e sete chatas. A frota afretada é composta de uma chata.

b. estrutura de capital:

Estrutura do capital expressa em R\$ mil:

	2025	%
Endividamento Financeiro Total	71.390	29,51
Patrimônio Líquido	170.545	70,49

O endividamento financeiro total compreende as dívidas de curto e longo prazo, das quais destacamos:

1. BRDE pela linha emergencial, em virtude das enchentes do Rio Grande do Sul em 2024 realizado na controlada Navegação Aliança.
2. Empréstimo de Capital de Giro, com Santander e recursos do BNDES, no valor de R\$ 5 milhões, com garantia de 30% do valor do empréstimo em Ativo Financeiro – CDB.
3. Provisão para contingência contempla: provisões trabalhistas da Companhia e da controlada Navegação Aliança. Na controladora as provisões trabalhistas e cíveis decorrem principalmente da ex-controlada Plumbum Mineração e Metalurgia Ltda.
4. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido foi calculado sobre propriedade de investimento.
5. Impostos a pagar referem-se ao REFIS da Companhia.
6. Dividendos propostos pela Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os compromissos financeiros de curto prazo assumidos pela Companhia representam em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 30.406 mil. A administração entende que a sua geração de caixa está compatível e adequada para fazer frente a estes compromissos.

O quadro a seguir apresenta a evolução da geração de caixa consolidada da atividade operacional nos últimos anos, expresso em R\$ mil:

2025	2024	2023
50.021	62.465	42.275

A variação no fluxo de caixa das atividades operacionais, de 2025, são exclusivamente de suas operações, sem outros impactos. A variação no fluxo de caixa das atividades operacionais, de 2024 está relacionada ao trânsito em julgado favorável a controlada, relativo à subvenção para investimentos. A controlada reconheceu no resultado líquido valor de R\$ 22.535.

As dívidas bancárias totais, incluindo os encargos futuros até o vencimento final, serão amortizadas da seguinte forma: R\$ 2,9 milhões em 2026, 4,4 milhões em 2027, 3,6 milhões em 2028, 2,4 milhões em 2029, 2,2 milhões em 2030 e 8 milhões até 2035.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia e sua controlada dispõem de limites de crédito para capital de giro compatível com as suas necessidades junto às instituições financeiras. Estes limites são utilizados, eventualmente, para suprir necessidades de caixa em decorrência da sazonalidade dos negócios.

Contrato de financiamento, BRDE pela linha emergencial, em virtude das enchentes do Rio Grande do Sul em 2024, realizado na controlada Navegação Aliança.

Linha/Recursos	Instituição
BD-Emergencial	BRDE

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Caso a Companhia venha a enfrentar deficiências de liquidez, a Administração pretende utilizar suas linhas de crédito disponíveis junto a bancos comerciais e/ou agências de fomento para financiar necessidades de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O quadro a seguir apresenta a estrutura financeira líquida da Companhia em R\$ mil:

Endividamento Financeiro	2025
Circulante:	
Financiamentos bancários	1.667
Não Circulante:	
Financiamentos bancários	16.687
Total	18.354
Caixa e equivalente de caixa	(28.108)
Dívida Líquida	(9.754)
Patrimônio Líquido	170.545
Estrutura de capital (%):	
Patrimônio Líquido	106,1
Endividamento Financeiro Líquido	(6,1)

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O saldo dos principais empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2025, foram obtidos junto ao BRDE linha Emergencial R\$ 13.909 mil e Santander para Capital de Giro de R\$ 4.445 milhões.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os administradores informam que, exceto os empréstimos e financiamentos já relatados, não existem outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

O Empréstimo de Capital de Giro da Companhia, via Santander, possui garantia em Ativo Financeiro – CDB, no valor de 30% do montante do empréstimo e aval da controlada.

O Contrato de financiamento, BRDE pela linha emergencial, realizado na controlada Navegação Aliança. Em garantia do financiamento bancário da controlada, foram oferecidos, além do aval da controladora, parte do prédio da controladora, cujo valor de avaliação é de R\$ 20.403 em 31 de dezembro de 2024.

Todos os financiamentos bancários da controlada Navegação Aliança Ltda contam com aval da Companhia.

Por ocasião da adesão ao REFIS a Companhia ofereceu em garantia real a imóvel sede da Companhia localizado em Porto Alegre, RS.

As demais dívidas não possuem garantia real.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia possui uma cláusula restritiva baseada em índices financeiros, a qual, requer a manutenção da razão entre a dívida líquida e o Ebitda inferior a 1,5. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente com o requerimento.

O contrato de empréstimo junto ao BRDE, pela controlada Navegação Aliança Ltda., referente à linha emergencial, exige a manutenção dos empregos que a empresa possuía antes da calamidade pública, apurado com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), entre o quarto e o décimo mês contados da data de contratação, ou seja, entre abril e outubro de 2025. No mês de abril deste ano a controlada cumpriu esta exigência.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem limitações à utilização dos financiamentos já contratados.

- h. alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa*

Demonstração de Resultado

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Demonstrações de resultados consolidado (Em milhares de reais, exceto %)	31/12/2025	AV	31/12/2024	AV	AH 2025 x 2024
Receita operacional líquida (ROL)	158.057	100,00%	136.466	100,00%	15,82%
Custo dos serviços vendidos	(109.482)	-69,27%	(95.387)	-69,90%	14,78%
Lucro bruto	48.575	30,73%	41.079	30,10%	18,25%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de administração	(21.111)	-13,36%	(20.580)	-15,08%	2,58%
Outras receitas operacionais	4.861	3,08%	1.110	0,81%	337,93%
Outras despesas operacionais	(3.290)	-2,08%	(42)	-0,03%	7733,33%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos	29.035	18,37%	21.567	15,80%	34,63%
Receitas financeiras	6.114	3,87%	7.117	5,22%	-14,09%
Despesas financeiras	(3.231)	-2,04%	(1.431)	-1,05%	125,79%
Resultado financeiro líquido	2.883	1,82%	5.686	4,17%	49,30%
Resultado antes dos impostos	31.918	20,19%	27.253	19,97%	17,12%
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	(8.607)	-5,45%	8.973	6,58%	-195,92%
Diferido	(489)	-0,31%	908	0,67%	153,85%
Lucro líquido	22.822	14,44%	37.134	27,21%	-38,54%
Lucro líquido do exercício	22.822	14,44%	37.134	27,21%	-38,54%
Atribuído aos controladores	22.822	14,44%	37.134	27,21%	-38,54%

Receita operacional líquida

A variação da receita operacional líquida reflete o volume transportado e o valor da tarifa que variou de 2024 para 2025 em 15,82%. O aumento no volume transportado foi o bom desempenho do transporte de celulose, madeira, carvão, fertilizantes e soja.

Custos dos serviços prestados

A variação positiva de 14,78% no custo decorre de gastos com pessoal, aumento de depreciação pelas novas docagens e maiores gastos com combustíveis.

Resultado financeiro

O resultado financeiro positivo em 2025 é decorrente do rendimento das aplicações financeiras e da variação monetária de taxa SELIC de incentivos fiscais. O resultado financeiro positivo em 2024 é decorrente da variação monetária de taxa SELIC, em razão do trânsito em julgado favorável a controlada, relativo à subvenção para investimento. O resultado financeiro positivo em 2023, está relacionado ao baixo endividamento bancário da Companhia. Além disso, a controlada Navegação Aliança Ltda, tinha financiamento do Finame PSI com taxas pré-fixadas em 4,5% ao ano, com final de amortização em janeiro de 2025.

Demonstração do fluxo de Caixa

A seguir apresentamos os fatores que afetaram os principais componentes do fluxo de caixa:

Demonstrações do fluxo de caixa (Em milhares de reais, exceto %)	31/12/2025	31/12/2024	AH
Fluxo de caixa das atividades operacionais	50.021	62.465	-19,92%
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(32.298)	(28.093)	14,97%
Caixa líquido das atividades de financiamentos	9.779	642	1423,21%

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Em 2024, o fluxo de caixa das atividades operacionais, está impactado pela equivalência patrimonial, resultante do lucro líquido decorrente do reconhecimento contábil, pela controlada relativo à subvenção para investimentos.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

Periodicamente a controlada Navegação Aliança Ltda realiza manutenções preventivas nas embarcações (docagens). No ano de 2023 foi investido R\$ 19.174 mil, no ano 2024 foi investido R\$ 20.716 mil e em 2025, o valor investido foi de R\$ 20.583.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O endividamento bancário da controlada Navegação Aliança Ltda em 2025 é relativo linha emergencial BRDE em virtude das enchentes do Rio Grande do Sul.

A Companhia contratou um Empréstimo de Capital de Giro com recursos do BNDES, no valor de R\$ 5 milhões, com garantia em Ativo Financeiro – CDB, no valor de 30% do montante do empréstimo e aval da controlada. O custo financeiro do empréstimo é de 8,50% ao ano. O prazo do contrato é de 48 meses, sendo 12 meses de carência e 36 de amortização. O vencimento da primeira parcela dos encargos será em 15 de novembro de 2024 e a primeira amortização será em 15 de setembro de 2025. O prazo da última parcela será em 15 de agosto de 2028.

2.2 Resultado operacional e financeiro

Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A controlada Navegação Aliança atua no transporte dos seguintes produtos: celulose, madeira fertilizante, soja, carvão e clínquer. Os volumes transportados em 2025 foram 4.447 mil toneladas, em 2024 foram 3.918 mil toneladas e em 2023 foram 4.059 mil toneladas.

Em 2023 o volume transportado (4.059 mil toneladas), praticamente repetiu o volume do ano anterior (4.085 mil toneladas). Em decorrência do fenômeno climático El Niño, o estado do Rio Grande do Sul foi fortemente atingido por enchentes históricas nos meses de setembro e novembro com impacto nas atividades da controlada. No ano de 2023 houve a renovação do contrato de transporte de celulose e madeira pelo prazo de mais cinco anos, refletindo as boas perspectivas para o setor, bem como a satisfação do nosso cliente com o nível de serviço prestado. Em 2024 o volume transportado foi de 3.918 mil toneladas representando uma diminuição de 3,47%. O motivo da redução no volume transportado foi a enchente em maio de 2024 que comprometeu a operação dos terminais de granéis localizados na grande Porto Alegre, RS. Em 2025 a volume transportado foi de 4.447 mil toneladas, representando um aumento de 13,50%. O motivo do aumento no volume transportado foi o bom desempenho do transporte de celulose, madeira, carvão, fertilizantes e soja.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia e suas controladas vem cumprindo os seus contratos com regularidade e sempre buscando melhorias nos processos.

No ano 2023 o impacto negativo decorre do fenômeno climático El Niño, o estado do Rio Grande do Sul foi fortemente atingido por enchentes históricas nos meses de setembro e novembro com impacto nas atividades da controlada. No ano de 2024 o motivo da redução no volume transportado foi a enchente em maio de 2024 que comprometeu a operação dos terminais de granéis localizados na grande Porto Alegre, RS. Em 2025 as operações voltam a ter um crescimento no volume transportado, principalmente com os produtos celulose, madeira, carvão, fertilizantes e soja.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Companhia e sua controlada não possuem contratos de prestação de serviços em moeda estrangeira. A controlada Navegação Aliança possui uma política de reajuste de preços com

base em acordo, convenção coletiva ou dissídio da categoria, variação do preço do combustível e índice de inflação, normalmente o IPCA-IBGE.

c. *impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor*

Anos	2025	2024	2023
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	29.035	21.567	26.928
Resultado financeiro	2.883	5.686	385

Em 2023 a melhora no resultado operacional, está relacionada a redução de custos operacionais em decorrência da redução do valor do combustível ao longo do exercício.

Em 2024 a redução no resultado operacional está relacionada ao aumento de custos e despesas administrativas.

Em 2025, a melhora no resultado operacional, está relacionada ao aumento de faturamento ao longo do exercício.

A Companhia não possui dívida em moeda estrangeira. O financiamento BRDE – BD Emergencial, tem custo financeiro pré-fixado de 6,86% a.a.

O resultado financeiro positivo em 2025 é decorrente do rendimento das aplicações financeiras e da variação monetária de taxa SELIC de incentivos fiscais. O resultado financeiro positivo em 2024 é decorrente da variação monetária de taxa SELIC, em razão do trânsito em julgado favorável a controlada, relativo à subvenção para investimento. O resultado financeiro positivo em 2023, está relacionado ao baixo endividamento bancário da Companhia. Além disso, a controlada Navegação Aliança Ltda, tinha financiamento do Finame PSI com taxas pré-fixadas em 4,5% ao ano, com final de amortização em janeiro de 2025.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Os diretores devem comentar

- a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2*

Em 2023, 2024 e 2025 não ocorreram mudanças nas práticas contábeis que afetassem as demonstrações contábeis.

- b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor*

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, dos anos de 2023, 2024 e 2025 foram emitidos sem ressalvas.

Nas Auditorias realizadas nos anos de 2023, 2024 e 2025, não teve nenhum ponto de controle significativo.

2.4 Efeitos Relevantes nas DF's

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações contábeis do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A administração informa que não houve alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A administração informa que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária direta.

Em 30 de abril de 2025 a controlada Navegação Aliança Ltda adquiriu 100% das cotas das empresas Rio Grande Marítima Ltda e Estaleiro Santos Serviços Navais Ltda.

A aquisição das Sociedades tem por propósito a estratégia da Companhia para ampliação do portfólio de serviços no mercado do transporte aquaviário do Rio Grande do Sul, envolvendo a atividade de apoio portuário aos armadores da navegação interior, agentes marítimos e terminais portuários em Rio Grande/RS.

Esta atividade contempla manobras de apoio portuário com uma frota operacional de quatro rebocadores e quatro lanchas. O estaleiro realiza a manutenção das embarcações da Rio Grande Marítima e serviços de manutenção e docagem para embarcações de médio porte de terceiros.

c. eventos ou operações não usuais

A administração informa que não ocorreram eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis.

Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda).

A Companhia informa que não divulga medições não contábeis.

2.6 Eventos subsequentes as DF's

Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A Companhia informa que não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que motivassem ajuste às demonstrações financeiras.

2.7 Destinação de resultados

Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. Regras sobre retenções de lucros

A destinação do resultado está conforme artigo 27 do Estatuto Social:

Do lucro líquido do exercício, que corresponde ao resultado do exercício que remanescer depois de deduzidas as participações de que trata o Art. 26º acima, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo do lucro líquido que resultar após a constituição da reserva legal, e feitos os ajustes pela dedução das importâncias destinadas à formação de reservas para contingências, reserva de incentivos fiscais, reservas de lucros a realizar, e, se for o caso, respectivas reversões nos termos da lei, 25% (vinte e cinco por cento) será atribuído aos acionistas, como dividendo mínimo obrigatório, sendo que às ações preferenciais caberá mais 10% (dez por cento) sobre o lucro distribuído às ações ordinárias. O saldo remanescente será utilizado (i) na formação de reservas para investimentos e/ou capital de giro, a qual, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, ou (ii) terá a destinação que a Assembleia Geral deliberar por proposta dos órgãos da administração.

a.i. - Valores das Retenções de Lucros

	Em R\$ mil
	31/12/2025
Lucro líquido exercício	22.822
Reversão dividendos	13
Realização ajuste avaliação patrimonial	147
Lucro líquido ajustado	22.982
<u>Destinação lucro líquido</u>	
Reserva legal	1.141
Dividendos obrigatórios	5.460
Reserva de investimento	16.381
Total	22.982

a.ii - Percentuais em relação aos lucros totais declarados

	Em R\$ mil
	31/12/2025
Lucro líquido ajustado	21.841
Lucro líquido retido total	16.381
Patrimônio líquido	170.545
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	25%
Taxa de retorno em relação ao PL (%)	13,38%
Reserva legal em relação lucro líquido exercício (%)	5%
Reserva investimentos em relação lucro líquido ajustado (%)	75%

b. Regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 27, determina a distribuição de dividendos mínimo obrigatório de 25%, nos termos da legislação aplicável.

Conforme artigo 28 do Estatuto Social, os órgãos de administração poderão declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral, bem como dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Quando declarados dividendos intermediários, em percentual não inferior ao obrigatório, os órgãos de administração poderão autorizar, "ad referendum" da assembleia, participação proporcional aos administradores.

A previsão no artigo 31, do Estatuto Social é que os dividendos não reclamados ficam depositados na sociedade, sem qualquer atualização e reverterem, após o prazo de três (3) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, para o patrimônio social.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A periodicidade de distribuição de dividendos é anual, sendo que a Administração da Companhia pode apurar balanços semestrais, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, assim determinado no artigo 28 do Estatuto Social.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Os administradores informam que as operações contratadas com as instituições financeiras não estabelecem restrições ao emissor e suas controladas.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política da destinação de resultados da Companhia está estabelecida nos artigos 26º a 28º do estatuto social e transcritos a seguir:

Art. 26º - Do resultado do exercício, após a dedução do imposto de renda, da contribuição social e dos prejuízos acumulados, se houver, será destacada uma participação aos administradores, em montante não superior a 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição do dividendo obrigatório aos acionistas.

Art. 27º - Do lucro líquido do exercício, que corresponde ao resultado do exercício que remanescer depois de deduzidas as participações de que trata o Art. 26º acima, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo do lucro líquido que resultar após a constituição da reserva legal, e feitos os ajustes pela dedução das importâncias destinadas à formação de reservas para contingências, reserva de incentivos fiscais, reservas de lucros a realizar, e, se for o caso, respectivas reversões nos termos da lei, 25% (vinte e cinco por cento) será atribuído aos acionistas, como dividendo mínimo obrigatório, sendo que às ações preferenciais caberá mais 10% (dez por cento) sobre o lucro distribuído às ações ordinárias. O saldo remanescente será utilizado (i) na formação de reservas para investimentos e/ou capital de giro, a qual, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, ou (ii) terá a destinação que a Assembleia Geral deliberar por proposta dos órgãos da administração.

Art. 28º - Os órgãos de administração poderão declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral, bem como dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Quando declarados dividendos intermediários, em percentual não inferior ao obrigatório, os órgãos de administração poderão autorizar, "ad referendum" da assembleia, participação proporcional aos administradores.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:*
 - i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos*

A administração informa que não existem carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades que não aparecem no balanço patrimonial da Companhia direta ou indiretamente.

- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*

A administração informa que não existem contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não aparecem no balanço patrimonial da Companhia direta ou indiretamente.

- iii. contratos de construção não terminada*

A administração informa que não existem contratos de construção não terminada que não aparecem no balanço patrimonial da Companhia direta ou indiretamente.

- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

A administração informa que não existem contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não aparecem no balanço patrimonial da Companhia direta ou indiretamente.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis*

A administração informa que não há outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações contábeis.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações contábeis indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor*

A administração informa que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia direta ou indiretamente.

- b. natureza e o propósito da operação*

A administração informa que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia direta ou indiretamente.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação*

A administração informa que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia direta ou indiretamente.

2.10 Plano de negócios

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A controlada Navegação Aliança Ltda vem investindo na manutenção das embarcações, conforme plano de manutenções preventivas (docagens), seguindo os prazos estabelecidos pela autoridade marítima. Em 2025 o valor investido foi de R\$ 20.583, em 2024 o valor investido foi de R\$ 20.716 e em 2023 o valor investido foi de R\$ 19.174.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

O quadro a seguir apresenta as fontes de financiamento da Companhia:

Fonte	2025	2024	2023
BRDE – BD Emergencial	13.909	-	-
BRDE NM Juan Rassmuss	-	245	3.182
Total	13.909	245	3.182

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia informa que no período de 2023, 2024 e 2025 não houve desinvestimentos relevantes.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

A controlada Navegação Aliança adquiriu em 2025 a totalidade das ações das empresas Rio Grande Marítima Ltda e Estaleiro Santos Serviços Navais Ltda, ambas localizadas em Rio Grande, RS.

A aquisição das Sociedades tem por propósito a estratégia da Companhia para ampliação do portfólio de serviços no mercado do transporte aquaviário do RS, envolvendo a atividade de apoio portuário aos armadores da navegação interior, agentes marítimos e terminais portuários em Rio Grande, RS. Esta atividade contempla uma frota operacional de quatro rebocadores, quatro lanchas e uma eficiente equipe comprometida com a rotina segura nas operações das manobras de apoio portuário, suprimento, deslocamento e acesso de prestadores de serviços nas embarcações, terminais e instalações portuárias.

O Estaleiro Santos é locatário de uma pequena área de apoio na barra de Rio Grande/RS, onde realiza a manutenção das embarcações da Rio Grande Marítima LTDA.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas e andamento já divulgados

A administração informa que não há pesquisas em andamento referente novos produtos e serviços.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A administração informa que não realizou nenhum desembolso a título de pesquisas para desenvolvimento de novos produtos e serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Em reunião do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante de 06 de setembro de 2024 (Resolução nº 209), foi priorizado o montante de R\$ 73,4 milhões para a construção de dois navios graneleiros de 4.700 toneladas, cada um. A empresa está buscando financiamento junto ao BNDES para este acréscimo na frota, visando atender, principalmente, o mercado de farelo de soja, em função da política governamental que tem como meta o Diesel B20 até 2030.

Em 2026, a empresa iniciará a construção de duas embarcações graneleiras, conforme prioridade aprovada no Fundo da Marinha Mercante. A construção será em estaleiro de Santa Catarina e financiadas pelo BNDES.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A administração informa que não realizou nenhum desembolso a título de desenvolvimento de novos produtos e serviços.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

A Companhia divulgou ao mercado o Relatório de Sustentabilidade 2023 e 2024, elaborado por consultoria especializada e tendo como referência o Global Reporting Initiative (GRI), destacando políticas, ações e compromissos da Companhia.

O olhar para a transição energética tem impulsionado oportunidades na busca de soluções tecnológicas de baixo impacto ambiental. Nessa esteira, a Companhia tem focado em estudos inovadores relacionados ao sistema de propulsão (motores) das embarcações, para funcionamento tanto com biocombustível, como projetos de propulsores movidos a gás natural, hidrogênio e eletricidade.

Em dezembro de 2025 a empresa realizou um teste na embarcação NM João Mallmann com a utilização de 100% do biocombustível Be8 BeVant, confirmando uma redução de 99,41% nas emissões de gases de efeito estufa, em comparação ao diesel marítimo convencional. A iniciativa reforçou a viabilidade do biocombustível como solução para a transição energética na navegação.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

A administração informa que todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o seu desempenho operacional já foram mencionados.

**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL E
DEMONSTRATIVO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS
ANEXO A**

ARTIGO 10, PARÁGRAFO ÚNICO, INC. II (RESOLUÇÃO CVM nº 81/2022)

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício:

O valor do lucro líquido da Controladora em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 22.822 mil.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

O montante global dos dividendos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 5.460 mil, correspondendo a R\$ 0,12442 por ação ordinária e R\$ 0,13686 por ação preferencial.

A proposta da administração não contempla o pagamento de dividendos antecipados nem de juros sobre capital próprio.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

A Companhia vai distribuir 25% do lucro líquido ajustado, conforme estipula o artigo 202 da Lei 6.404/76, equivalente a 23,92% do lucro líquido do exercício.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

A seguir demonstramos os dividendos distribuídos nos anos de 2023 a 2025.

	31/12/2025	31/12/2024	R\$ mil 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	22.822	37.134	18.489
Reserva legal (5%)	(1.141)	(1.857)	(925)
Lucro após reserva legal	21.681	35.277	17.564
Reversão de dividendos	13	106	37
Reversão de reservas:			
Reserva de incentivos fiscais reflexa	-	(16.988)	-
IR e CS diferido ajuste avaliação patrimonial	(21)	(22)	(23)
Realização ajuste avaliação patrimonial	14	14	14
Equivalência s/deprec. salas da controlada	154	154	155
Base de cálculo de dividendos	21.841	18.541	17.747
Dividendos obrigatórios 25%	5.460	4.635	4.437
Dividendos por classe de ação:			
Ordinárias	2.287	1.942	1.859
Preferenciais	3.173	2.693	2.578
Total	5.460	4.635	4.437
Tabela comparativa dos dividendos	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos propostos	5.460	4.635	4.437
Dividendos por ação:			
Ordinárias	0,12442	0,21125	0,20221
Preferenciais	0,13686	0,23238	0,22243
Nº de ações:			
Ordinárias	18.384	9.192	9.192
Preferenciais	23.184	11.592	11.592
	41.568	20.784	20.784

Os dividendos foram calculados em conformidade com o artigo nº 27 do Estatuto Social da Companhia. Sobre o valor dos dividendos haverá retenção de Imposto de Renda, conforme legislação.

Os dividendos propostos no montante de R\$ 5.460 mil serão submetidos à aprovação da assembleia geral ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2026.

Terão direito ao recebimento dos dividendos os acionistas titulares de ações da Companhia na data da realização da AGO.

5. *Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprios já declarados:*
 - a. *O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe*

A proposta para pagamento de dividendos é com base no artigo 202 da Lei 6.404/76 e artigo 27 do Estatuto Social. O valor a ser distribuído é R\$ 5.460 mil, correspondendo a R\$ 0,12442 por ação ordinária e R\$ 0,13686 por ação preferencial.

A proposta da administração não contempla o pagamento de juros sobre capital próprio.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia realiza o pagamento de dividendos, conforme a disponibilidade financeira em consonância com as regras da legislação societária (Lei 6.404/76, legislação CVM e normas do Estatuto Social). O pagamento dos dividendos ocorrerá até o final do presente exercício na forma e na data a ser definida oportunamente, conforme Aviso aos Acionistas.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta da administração não contempla incidência de atualização e juros sobre os dividendos.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data da declaração de pagamento considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento será a data de 29 de abril de 2026 (“data de corte”). A partir do dia 30 de abril de 2026, as ações da Companhia serão negociadas “ex-dividendos”.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

A Companhia não realizou pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

A Companhia não realizou pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

A Companhia não realizou pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

R\$ mil

Ano	2025	2024	2023	2022
Lucro líquido por ação	0,5490	1,7867	0,8896	2,1607

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

R\$ mil

Ano	2025	2024	2023
Dividendos obrigatórios	4.635	4.437	2.965
Dividendos intermediários	Não houve	Não houve	Não houve

A Companhia não distribuiu juros sobre capital próprio nos últimos 03 (três) exercícios sociais.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

Foi constituída reserva legal no montante de R\$ 1.141 mil e demonstrado no quadro, item 4.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Para esta reserva deve ser destinada 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social, por força do disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76 e do artigo nº 27 do Estatuto Social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

A Companhia não possui ações preferenciais com tais direitos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Art. 27º - Do lucro líquido do exercício, que corresponde ao resultado do exercício que remanescer depois de deduzidas as participações de que trata o Art. 26º acima, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo do lucro líquido que resultar após a constituição da reserva legal, e feitos os ajustes pela dedução das importâncias destinadas à formação de reservas para contingências, reserva de incentivos fiscais, reservas de lucros a realizar, e, se for o caso, respectivas reversões nos termos da lei, 25% (vinte e cinco por cento) será atribuído aos acionistas, como dividendo mínimo obrigatório, sendo que às ações preferenciais caberá mais 10% (dez por cento) sobre o lucro distribuído às ações ordinárias. O saldo remanescente será utilizado (i) na formação de reservas para investimentos e/ou capital de giro, a qual, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, ou (ii) terá a destinação que a Assembleia Geral deliberar por proposta dos órgãos da administração.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Todos os dividendos distribuídos pela Companhia foram pagos integralmente, respeitando os prazos legais, e conforme deliberações da Assembleia Geral.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não ocorreu retenção de dividendos, nos três últimos exercícios sociais.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

A proposta da Companhia para a distribuição dos lucros, apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não prevê retenção de dividendos obrigatórios.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

A proposta da Companhia para a distribuição dos lucros, apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não prevê constituição de reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar.

A proposta da Companhia, não prevê constituição de reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

A proposta da Companhia, não prevê constituição de reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Art. 27º - Do lucro líquido do exercício, que corresponde ao resultado do exercício que remanescer depois de deduzidas as participações de que trata o Art. 26º acima, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo do lucro líquido que resultar após a constituição da reserva legal, e feitos os ajustes pela dedução das importâncias destinadas à formação de reservas para contingências, reserva de incentivos fiscais, reservas de lucros a realizar, e, se for o caso, respectivas reversões nos termos da lei, 25% (vinte e cinco por cento) será atribuído aos acionistas, como dividendo mínimo obrigatório, sendo que às ações preferenciais caberá mais 10% (dez por cento) sobre o lucro distribuído às ações ordinárias. O saldo remanescente será utilizado (i) na formação de reservas para investimentos e/ou capital de giro, a qual, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, ou (ii) terá a destinação que a Assembleia Geral deliberar por

proposta dos órgãos da administração.

b. Identificar o montante destinado a reserva

O valor a ser constituído é de R\$ 16.381 mil para a Reserva para Investimentos e/ou Capital de Giro.

c. Descrever como o montante foi calculado

Segue quadro do montante calculado:

	Em R\$ mil
	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	22.822
Reversão de dividendos	13
IR e CS diferido ajuste avaliação patrimonial	(21)
Realização ajuste avaliação patrimonial	(14)
Equivalência do ajuste mais valia	154
Reserva legal (5%)	(1.141)
Dividendos obrigatórios (25%)	(5.460)
Saldo a destinar	16.381

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

A Companhia informa que não houve retenção de lucros previsto em orçamento de capital. As retenções de lucro realizadas foram para a constituição de Reserva Legal e da Reserva para Investimento e/ou Capital de Giro.

16. Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado a reserva

A Companhia informa que não houve destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

A Companhia informa que não houve destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

**PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES DO CONSELHO FISCAL
INFORMAÇÕES INDICADAS NO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
ARTIGO 13 (RESOLUÇÃO CVM nº 81/2022)**

I. Proposta de remuneração dos administradores

A proposta de remuneração dos administradores para o exercício 2026, sujeito à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 29 de abril de 2026, é de manter o montante anual até R\$ 2.412.000,00, que será destinado conforme deliberação do Conselho de Administração.

II. Proposta de remuneração Do Conselho Fiscal

A proposta de remuneração do Conselho Fiscal para o exercício 2026, sujeito à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a realizar-se no dia 29 de abril de 2026, é de até R\$ 79.200,00, anual, para os Conselheiros indicados pela Companhia. O conselheiro indicado pelo acionista BNDESPAR não é remunerado pela companhia, em conformidade com a política do BNDES.

III. Item 08 do Formulário de Referência (Resolução CVM nº 80/2022 – Anexo C)

8.1 Política ou prática de remuneração

Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A companhia não possui uma política de remuneração formal. A prática de remuneração a seus administradores é conforme parâmetros de mercado, considerando o porte da empresa e setor de atividade.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração é composto de seis membros eleitos pelo período de três anos. As funções no conselho estão divididas em presidente, primeiro vice-presidente, segundo vice-presidente e três conselheiros. A remuneração é definida de comum acordo entre os conselheiros considerando as responsabilidades de cada função e o porte da empresa.

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos*

Para a fixação da remuneração não há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado.

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor*

Anualmente, por ocasião da assembleia geral, é fixada a remuneração do conselho de administração. Nesta ocasião é avaliada a adequação da política de remuneração.

- c. composição da remuneração, indicando:*

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles*

- seus objetivos e alinhamentos aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A remuneração dos administradores é composta de pró-labore fixo e bônus (prêmio) pelo atendimento das metas estabelecidas para o exercício. Os benefícios concedidos pela companhia são assistência médica/odontológica e seguro de vida.

A política da companhia visa a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a implementação das estratégias de negócios aprovadas pelos acionistas.

O estabelecimento das metas anuais está alinhado com os objetivos de longo prazo estabelecidas pela companhia.

- Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

A proporção da remuneração total está demonstrada no quadro a seguir (em %):

Órgão de administração	2025	2024	2023
Conselho de Administração			
Fixo	81	91	89
Variável	19	9	11
Diretoria estatutária e não estatutária			
Fixo	83	92	89
Variável	17	8	11

- Sua metodologia de cálculo e de reajuste

O valor da remuneração total dos administradores a ser aprovada pela assembleia geral é de até R\$ 2.412.000,00 anual e para Conselho Fiscal é de R\$ 79.200,00, anual. A sua distribuição entre conselho de administração e diretoria é estabelecida pelo conselho de administração. Nos últimos exercícios a remuneração fixa dos conselheiros e diretores vêm sendo reajustada pelos índices de inflação.

O valor da remuneração variável (bônus) está vinculado ao atingimento de metas estabelecidas em cada exercício na controlada Navegação Aliança Ltda. As metas são:

- volume transportado;
- consumo de combustível das embarcações;
- preservação de cargas e embarcações;
- orçamento.

Essas metas estão relacionadas com a política da qualidade da controlada Navegação Aliança Ltda. com relação aos aspectos economia, segurança e qualidade da missão da empresa. Dependendo do desempenho, o prêmio pode ser de um a dois pró-labores.

A tabela a seguir apresenta os parâmetros da remuneração variável da companhia:

Aspectos da “Missão” vinculados ao prêmio	Metas anuais
Economia	Volume transportado
	Consumo de combustível
	Orçamento
Qualidade/Segurança	Preservação de cargas e embarcações

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Os indicadores de desempenho correspondem às metas estabelecidas e estão demonstrados no quadro a seguir:

Metas	Indicadores de desempenho
Volume transportado	Toneladas transportadas
Consumo de combustível	Litros/tonelada transportada
Orçamento	% de redução do orçamento no ano
Preservação de cargas/embarcações	Nº máximo de sinistros

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A política de remuneração da companhia se justifica pelas seguintes razões:

1. Competitividade com a prática de mercado, que permite atrair e reter os profissionais com as qualificações requeridas;
2. Associar uma parcela da remuneração aos resultados da empresa;
3. Balancear a remuneração variável de curto prazo, visando à geração de resultados anuais sustentáveis e que resultem na criação de valor para os acionistas.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

O conselheiro de administração e o conselheiro fiscal indicados pelo acionista BNDESPAR não são remunerados pela Companhia, em conformidade com a política do BNDES.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não recebem qualquer remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A companhia informa que não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o exercício social em 31/12/2026 valores anuais (Em R\$)

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	6	6	2	14
Nº de membros remunerados	5	2	2	9
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.352.729	79.200	195.532	1.627.461
Benefícios direto e indireto	39.974	0	9.211	49.185
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	196.474	0	26.051	222.525
Participação de resultados	0	0	0	0
Participações em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação de cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Observação	0	0	0	0
Total de remuneração	1.589.177	79.200	230.794	1.899.171

Remuneração total do exercício social em 31/12/2025 valores anuais (Em R\$)

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	6	6	2	14
Nº de membros remunerados	5	2	2	9
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.300.701	74.700	188.012	1.563.413
Benefícios direto e indireto	38.437	0	8.857	47.294
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	304.535	0	40.379	344.914
Participação de resultados	0	0	0	0
Participações em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação de cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Observação	0	0	0	0
Total de remuneração	1.643.673	74.700	237.248	1.955.621

Remuneração total do exercício social em 31/12/2024 valores anuais (Em R\$)

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	6	6	2	14
Nº de membros remunerados	5	2	2	9
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.263.774	51.840	191.696	1.507.310
Benefícios direto e indireto	33.771	0	9.167	42.938
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	131.145	0	17.389	148.534
Participação de resultados	0	0	0	0
Participações em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação de cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Observação	0	0	0	0
Total de remuneração	1.428.690	51.840	218.252	1.698.782

Remuneração total do exercício social em 31/12/2023 valores anuais (Em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5	2	7
Nº de membros remunerados	5	2	7
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	1.191.620	212.895	1.404.515
Benefícios direto e indireto	16.706	0	16.706
Participações em comitês	0	0	0
Outros	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0
Remuneração variável			
Bônus	153.123	25.621	178.744
Participação de resultados	0	0	0
Participações em reuniões	0	0	0
Comissões	0	0	0
Outros	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0
Cessação de cargo	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0
Observação	0	0	0
Total de remuneração	1.361.449	238.516	1.599.965

8.3 - Remuneração variável

Os quadros a seguir apresentam a remuneração variável paga aos administradores nos exercícios de 2025, 2024 e 2023 e os valores previstos para 2026:

Remuneração variável - prevista para o exercício social corrente de 2026 em R\$

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de membros	6	2	8
Número de membros remunerados	5	2	7
Em relação ao Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Zero	Zero	Zero
Valor máximo previsto no plano de remuneração	196.474	26.051	222.525
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no exercício social			
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Valor efetivamente reconhecido no exercício social			

Remuneração variável - exercício social corrente de 2025 em R\$

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de membros	6	2	8
Número de membros remunerados	5	2	7
Em relação ao Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Zero	Zero	Zero
Valor máximo previsto no plano de remuneração	187.350	24.841	212.191
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	304.535	40.379	344.914
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Remuneração variável - exercício social corrente de 2024 em R\$

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de membros	6	2	8
Número de membros remunerados	5	2	7
Em relação ao Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Zero	Zero	Zero
Valor máximo previsto no plano de remuneração	180.000	50.000	230.000
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	131.145	17.389	148.534
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Remuneração variável - exercício social encerrado em 2023 em R\$

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de membros	5	2	7
Número de membros remunerados	5	2	7
Em relação ao Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Zero	Zero	Zero
Valor máximo previsto no plano de remuneração	180.000	50.000	230.000
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	153.123	25.621	178.744
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia informa que não há plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Remuneração baseada em ações

A Companhia informa que a política de remuneração do conselho de administração, conselho fiscal e da diretoria estatutária não contempla remuneração baseada em ações.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

A Companhia informa que a política de remuneração do conselho de administração, conselho fiscal e da diretoria estatutária não contempla remuneração baseada em ações.

8.7 Opções em aberto

A Companhia informa que a política de remuneração do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria estatutária não contempla remuneração baseada em ações.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

A Companhia informa que a política de remuneração do conselho de administração, conselho fiscal e da diretoria estatutária não contempla remuneração baseada em ações.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

A Companhia informa que a política de remuneração do conselho de administração, conselho fiscal e da diretoria estatutária não contempla remuneração baseada em ações.

8.10 Outorga de ações

A Companhia informa que a política de remuneração do conselho de administração, conselho fiscal e da diretoria estatutária não contempla remuneração baseada em ações.

8.11 Ações Entregues

A Companhia informa que a política de remuneração do conselho de administração, conselho fiscal e da diretoria estatutária não contempla remuneração baseada ações.

8.12 Precificação das ações e opções

A Companhia informa que a política de remuneração do conselho de administração, conselho fiscal e da diretoria estatutária não contempla remuneração baseada em ações.

8.13 Participações detidas por órgão

Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

O quadro a seguir apresenta a quantidade de ações da Companhia detidas pelos administradores, direta e indiretamente em 27/02/2026:

Sociedade emissora: Trevisa Investimentos S. A.

Órgão	Ações ON	Ações PN	Total
Conselho de Administração	-	4.605.396	4.605.396
Diretoria	-	189.600	189.600
Órgãos Técnicos ou Consultivos	16.329.600	6.960.000	23.289.600
Total	16.329.600	11.754.996	28.084.596

Outros acionistas	2.054.400	11.429.004	13.483.404
-------------------	-----------	------------	------------

Total de ações	18.384.000	23.184.000	41.568.000
-----------------------	-------------------	-------------------	-------------------

A participação dos administradores direta e indiretamente se restringe as ações do emissor. Os administradores não possuem participações nas empresas controladas.

8.14 Planos de previdência

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

A Companhia informa que a sua política de remuneração do conselho de administração, conselho fiscal e da diretoria estatutária não contempla remuneração baseada em planos de previdência.

8.15 - Remuneração mínima, média e máxima

Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

Em R\$

Valores anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024
Nº de membros	2	2	2	6	6	5	6	6
Nº de membros remunerados	2	2	2	5	5	5	2	2
Valor da maior remuneração (Reais)	156.063	135.400	127.653	671.346	576.705	561.530	37.350	25.920
Valor da menor remuneração (Reais)	81.184	60.378	110.863	213.146	178.539	172.117	37.350	25.920
Valor médio da remuneração (Reais)	118.623	97.889	119.258	328.735	285.738	272.290	37.350	25.920

8.16 Mecanismo remuneração e indenização

Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

A Companhia informa que a sua política de remuneração do conselho de administração, conselho fiscal e da diretoria estatutária não contempla arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A remuneração dos três últimos exercícios sociais atribuída ao conselho de administração e diretoria é 100% relacionada ao grupo de acionistas que, individualmente, não detém o controle da companhia nem possuem acordo de acionistas, embora possuam 88,8% das ações ordinárias. Este grupo é composto pelos acionistas: Glarus S. A., Becker Participações S. A., EL Participações S. A. e SCMG Participações Ltda e SIMG Participações Ltda.

8.18 Remuneração – outras funções

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do conselho de administração, conselho fiscal e da diretoria estatutária não recebem comissões nem qualquer remuneração de consultorias ou assessorias prestadas.

8.19 Remuneração Reconhecida – controlador / controlada

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria não recebem qualquer remuneração de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas.

8.20 Outras inf. Relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia informa que não há outras informações para este item.

PROPOSTA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL
ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
ARTIGO 11 (Resolução CVM nº 81/2022)

7.3 - Composição e experiência profissional do Conselho Fiscal

A AGO de 29 de abril de 2026 submeterá aos acionistas da Companhia a instalação do Conselho Fiscal e eleição dos seus membros, apresentados no quadro a seguir pelo prazo de mandato até a próxima assembleia. Conforme o Estatuto Social da Companhia, artigo 21, o funcionamento do conselho fiscal é não permanente.

Membros do Conselho Fiscal indicados pelo grupo de controle

Nome	Data Nascimento	Profissão	CPF	Cargo Eletivo	Data Prevista Eleição/Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador
Christian Sfreddo	01/12/1975	Contador	883.647.710-00	Conselho Fiscal (Efetivo)	29/04/2026	01 ano	Não exerce	Não
Paulo Ricardo Pinto Alaniz	02/08/1962	Contador	369.375.330-04	Conselho Fiscal (Efetivo)	29/04/2026	01 ano	Não exerce	Não
Ronei Xavier Janovik	05/01/1961	Contador	296.326.500-00	Conselho Fiscal (Suplente)	29/04/2026	01 ano	Não exerce	Não
Andréia Scaramussa Coelho	14/02/1986	Contadora	013.956.980-40	Conselho Fiscal (Suplente)	29/04/2026	01 ano	Não exerce	Não

Membros do Conselho Fiscal indicados por acionista preferencialista

Nome	Data Nascimento	Profissão	CPF	Cargo Eletivo	Data Prevista Eleição/Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador
André Ayres de Oliveira	26/01/1987	Contador	025.887.477-52	Conselho Fiscal (Efetivo)	29/04/2026	01 ano	Não exerce	Não
Vicente Giurizzatto da Silveira	11/01/1981	Engenheiro	082.971.707-21	Conselho Fiscal (Suplente)	29/04/2026	01 ano	Não exerce	Não

Experiência profissional e declaração de eventuais condenações do Conselho Fiscal

▪ Christian Sfreddo

Experiência profissional: Possui mais de 26 anos de experiência profissional em Auditoria Contábil e Tributária, Due Diligence, Transactions, Advisory e Perícia em clientes dos setores de varejo, químico, petroquímico, geração e distribuição de energia elétrica, instituições financeiras, manufatura, real state e agronegócio. Membro do Conselho Fiscal da Trevisa Investimentos S. A. Desde 04/2009 até o momento - Sócio Administrador na Sfreddo Corporate Consulting. Desde 07/2006 até o momento - Sócio Administrador na Sfreddo Auditoria e Consultoria. De 08/2007 a

08/2022 – Sócio de A&A – Auditoria e Asseguração na BDO. Responsável pelo escritório de Porto Alegre como Sócio de A&A – Auditoria e Asseguração durante o período de 08/2007 a 08/2022. Sócio membro do Comitê Técnico da BDO de 2015 a 2022. De 06/2005 a 01/2007 – Sócio na Flycard Corretora de Seguros S/S Ltda. De 02/2001 a 05/2005 - Top Sênior de Auditoria na Deloitte. De 09/1996 a 02/2001 - Sênior de Auditoria na EY. De 01/1996 a 04/1996 - Auxiliar Administrativo na Vonpar Refrescos S.A.

Declaração de eventuais condenações: Informou à Companhia que não ocorreu contra si, durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

▪ **Paulo Ricardo Pinto Alaniz**

Experiência profissional: Mestre em Controladoria pela UFRGS, pós-graduado em Gestão de Negócios e graduado em Ciências Contábeis. Presidente do Conselho Fiscal da Trevisa Investimentos S. A. Foi Presidente do Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes - IBRACON (6ª regional) e foi Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul – CRC/RS. Vice coordenador da Comissão Administradora do Exame de Qualificação Técnica (CAE), junto ao Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Atuou como conselheiro de administração no ECB Group e Presidente do Conselho Fiscal da BSBIOS. Ministra cursos de auditoria e contabilidade em nível de pós-graduação para auditores, contadores e não contadores. Iniciou na profissão de auditor em 1982, trabalhando em empresas privadas de grande porte. Professor de graduação na Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Atualmente ministra curso de auditoria em nível de pós-graduação, no Núcleo de Estudos Contábeis – NECON. Foi professor de graduação na UFRGS e na FARGS atuando no curso de ciências contábeis. É auditor habilitado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Declaração de eventuais condenações: Informou à Companhia que não ocorreu contra si, durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

▪ **Ronei Xavier Janovik**

Experiência profissional: Pós-graduado em Perícia Contábil e Arbitragem pela Faculdade Rio Grandenses. Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu. Auditor habilitado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Auditor habilitado no Banco Central do Brasil (Bacen). Perito Contábil (CNPB). Auditor registrado no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI). Conselheiro CRC-RS – Conselho Regional de Contabilidade do RS (2022 – 2025). Conselheiro Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (2003 – 2010). Conselheiro Fiscal do Banrisul Consórcio S.A. e Banrisul Armazéns Gerais S.A. (2015). Conselheiro Fiscal do Instituto do Câncer Infantil do RS (2023 - 2024). Membro da Comissão de Educação Continuada do CRC-RS. Membro do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Professor de graduação e pós-graduação (MBA/Especialização). Professor orientador de trabalhos de conclusão na Graduação em Ciências Contábeis. Participação em bancas examinadoras de cursos de graduação e pós-graduação em diversas instituições de ensino.

Declaração de eventuais condenações: Informou à Companhia que não ocorreu contra si, durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. Qualquer condenação em processo

administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

▪ **Andréia Scaramussa Coelho**

Experiência profissional:

Experiência profissional: Pós-graduada em Auditoria e Perícia Contábil pela Universidade do Rio Grande do Sul. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Santa Maria (2009), ingressou no BDO em 2013. Nesse período exerceu funções começando como Auditora Sênior e se tornou Gerente de auditoria Responsável por gerir a carteira de clientes de auditoria do escritório da BDO Porto Alegre, sendo estas empresas de grande, médio e pequeno porte, de capital aberto e fechado. Atualmente é sócia da empresa HLB Brasil, responsável pela emissão de relatórios de auditoria conforme normas IFRS e NBC TA, condução de auditorias de grupos internacionais (component auditor / Group Reporting)

Declaração de eventuais condenações: Informou à Companhia que não ocorreu contra si, durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

▪ **André Ayres de Oliveira**

Experiência profissional: Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005), ingressou no BNDES em 2010. Nesse período exerceu funções executivas em Áreas Operacionais de crédito e mercado de capitais. Entre as principais realizações estão acompanhamento de empresas de capital fechado em diversas situações, como, turnaround, recuperação judicial, abertura de capital, internacionalização etc. Atualmente é gerente de acompanhamento de Mercado de Capitais do BNDES. Membro do Conselho Fiscal da Trevisa Investimentos S. A.

Declaração de eventuais condenações: Informou à Companhia que não ocorreu contra si, durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

▪ **Vicente Giurizzatto da Silveira**

Experiência profissional: Engenheiro de Produção formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, com Mestrado em Administração pelo Coppead/UFRJ e MBA em PPP e Concessões pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP. Funcionário do BNDES desde 2009, é atualmente gerente da Área de Mercado de Capitais, responsável pelo acompanhamento societário de um conjunto de empresas de capital aberto e fechado, cujo valor de mercado da participação detida pela BNDESPAR é superior a R\$ 12,5 bilhões. Anteriormente ocupou outras funções executivas no BNDES, atuando como gestor de projetos de privatização, concessões e PPP, além da gestão de fundos de venture capital e private equity investidos pela BNDESPAR. A maior parte de sua carreira no BNDES tem sido dedicada em atividades de mercado de capitais, como investimentos, reestruturações societárias e desinvestimentos, já tendo também ocupado a posição de conselheiro de administração indicado pela BNDESPAR em companhias de diversos portes e

setores da economia. Antes de ingressar no BNDES, pela iniciativa privada, foi consultor de empresas em projetos de consultoria estratégica no Brasil e outros países da América Latina. Membro Suplente do Conselho Fiscal da Trevisa Investimentos S. A.

Declaração de eventuais condenações: Informou à Companhia que não ocorreu contra si, durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

7.4 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia informa que não possui comitês estatutários, de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

7.5 – Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia informa que não há existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia informa que não possui relação de subordinação, prestação de serviço ou controle, mantida entre administradores do emissor e sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo emissor.